

VESTIBULAR: A VISÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, HOJE.

Sérgio Costa Ribeiro*

INTRODUÇÃO

A análise histórica revela que o acesso ao ensino superior no Brasil, a princípio caracterizado como mera formalidade e mantido sob o total controle da própria organização escolar, converteu-se em problema complexo à medida em que ocorreu o alargamento no recrutamento dos candidatos aos cursos superiores. Nesse momento, a crescente solicitação aos mecanismos de ingresso foi, e continua sendo, a de que eles se tomem cada vez mais eficazes na seleção dos melhores.

No entanto, a seleção dos melhores não é um problema percebido apenas no momento da entrada em qualquer curso superior. Sua abrangência é maior, uma vez que a seleção a esse nível de ensino não se restringe ao momento específico do ingresso. Ela se inicia muito antes, através da eliminação, por antecipação, na escola de 1^o e 2^o graus, no encaminhamento para carreiras valorizadas diferentemente, segundo a hierarquização ocupacional ditada por fatores históricos, culturais e econômicos, e continua dentro do curso superior, através da evasão.

A seletividade escolar, por sua vez, não se apresenta como uma questão exclusivamente pedagógica, pelo contrário, caracteriza-se como uma questão de seletividade social. A seleção que a escola opera ocorre no sentido não só de controlar quem tem acesso ao saber, mas também de conservar determinados valores e privilégios sociais.

(1)Esta é uma versão atualizada do artigo "O VESTIBULAR". INEP, Em Aberto n^o 3, fev. 1982. -

* CAPES/MEC

UM POUCO DE HISTÓRIA

Embora não explicitamente chamados de seleção, nos regimentos das escolas superiores já existiam alguns requisitos para a matrícula, desde sua criação no final do século passado. Os "exames preparatórios" constituíam-se, na época, exames de saída do curso secundário, e não exames de entrada no ensino superior.

Oficialmente, o exame Vestibular foi introduzido na legislação brasileira pelo Decreto nº 8.659, de 05.04.1911.

De exame Vestibular, mera formalidade, porquanto não era difícil o acesso a um ensino superior aos poucos habilitados, passou, principalmente a partir da Lei nº 4.024/61, através do Artigo 69, que abriu a todos os egressos de qualquer curso médio a possibilidade de ingresso no ensino superior, a constituir-se em verdadeiro concurso de habilitação.

Durante as décadas de 50 e 60, o concurso vestibular passa a caracterizar-se, realmente, como um exame de entrada e, com raras exceções, tornou-se um exame específico para o curso a que se destinava. O acirramento da disputa pelas vagas existentes, provocado pelo aumento da demanda ao ensino superior, que acompanhou o rápido processo da industrialização e urbanização do país, culminou com os distúrbios conhecidos de 1968.

Naquelas décadas, a habilitação traduzia-se por um desempenho mínimo nos exames propostos, que produziram alguns efeitos importantes.

A nota mínima exigida, ora não era atingida por um número suficiente de candidatos, nas carreiras ou instituições de menor prestígio, ora era atingida por um número muito grande de candidatos, nas carreiras ou instituições de maior prestígio, provocando, no primeiro caso, o abaixamento "a posteriori" da nota mínima e criando, no segundo caso, a figura do excedente.

Na tentativa de corrigir esse último problema, os exames vestibulares passaram a exigir conhecimentos cada vez mais específicos, transferindo-se, muitas vezes, conteúdos próprios do ensino superior para o curso secundário. Estas distorções tiveram efeitos desastrosos, tanto para a escola secundária, como para o próprio ensino superior.

A escola secundária, incapaz de especializar-se ao nível dos inúmeros exames vestibulares existentes, repassa aos chamados cursos preparatórios (cursinhos) a responsabilidade de treinar os candidatos aos vestibulares. A partir do 2º ano do então colegial, os alunos eram transferidos para os "cursinhos", estes, por sua vez, à margem do sistema formal, se permitiam toda a sorte de abusos, como turmas gigantescas, por exemplo.

O número de candidatos já justifica, nesse período, a utilização maciça de testes de múltipla escolha. Esta tecnologia, no entanto, aplicada, com raras exceções, sem o devido preparo técnico, concentrava-se em exercícios de pura memorização, onde a dificuldade do item advinha da raridade da informação solicitada.

O ensino superior, principalmente nas carreiras de maior prestígio, passa a estruturar-se a partir de pré-requisitos artificialmente transferidos para o curso secundário, em geral ocasionando erros conceituais graves na aprendizagem dos conteúdos.

É nesse contexto que surge a reforma universitária da Lei nº 5.540/68. Na sua abordagem específica sobre o Vestibular propõe uma retomada progressiva do caráter de exame de saída com a peculiaridade de ser exclusivamente classificatório, perdendo, pois, o caráter habilitatório do Vestibular de então.

Surgem, em várias regiões do País, os vestibulares unificados, a exemplo dos vestibulares por área de conhecimento adotados em São Paulo, na década de 60.

A unificação permitiu, por um lado, racionalizar, do ponto de vista do candidato, o acesso a uma vaga, já que com um único exame disputava vagas em várias instituições. Do ponto de vista das instituições, evitava-se a múltipla matrícula de um mesmo candidato em várias instituições, com prejuízo da filosofia dominante de pleno preenchimento das vagas.

Dentro do espírito da Lei nº 5.540, a implantação do "primeiro ciclo geral de estudos", na Universidade, pressupunha um vestibular único, isto é, sem diferenciação por cursos, exigindo, igualmente de todos os candidatos, os mesmo conteúdos do chamado "nú-

cleo comum obrigatório”.

Tal uniformidade trazia à escola de 2º grau a possibilidade de retomar seu papel, junto aos postulantes ao ensino superior, de uma formação geral acompanhada do espírito de terminalidade profissionalizante da Lei nº 5.692/71. A Lei nº 7.044/82, ao modificar o caráter compulsório do profissionalizante, a nível secundário, é, em parte, um reflexo do insucesso deste modelo.

Até recentemente, houve uma tendência a aprimorar-se o vestibular único. No final da década de 70, observamos reações às idéias de vestibular único e classificatório.

Um dos fenômenos mais importantes ligados à atual problemática do Vestibular foi a expansão de vagas no ensino superior, na década de 70. Proclamada, no discurso oficial, como um processo “democratizante”, concomitante com o chamado “milagre brasileiro”, revela-se hoje como algo crítico em relação às expectativas propaladas.

Em primeiro lugar, essa violenta expansão de vagas se deu no sistema particular de ensino e em instituições isoladas, em flagrante descompasso com a letra da lei, que preconizava a expansão prioritária das Universidades.

Do ponto de vista do modelo de vestibular implantado, este fato fez com que até hoje haja reações e retrocessos no modelo de vestibular único e classificatório. Nas Universidades, as dificuldades de implantação do 1º ciclo geral provocam reações análogas.

O QUE O VESTIBULAR PODE MOSTRAR

O aumento da demanda pelo ensino superior, a explosão de vagas e suas conseqüências no processo de seleção têm que ser analisadas num contexto mais amplo.

A gênese do aumento da demanda e da expansão está intimamente ligada a um processo político, social e econômico. A análise histórica dessa relação pode ser encontrada em alguns textos já clássicos.

Interessa-nos aqui obter algumas respostas a perguntas pertinentes ao processo de seleção propriamente dito.

1. Como se distribuem sócio-economicamente os candidatos às diferentes carreiras de nível superior?
2. Qual o mecanismo psico-social que determina essa escolha?

A literatura sobre vestibular é fartamente contemplada com análises de como parâmetros sócio-econômicos determinam as probabilidades de sucesso ou fracasso dos candidatos nos exames. Menos farta é a análise de como estas variáveis atuam no processo, qual o universo de representações de que a sociedade em geral e os candidatos em particular se utilizam para “justificar” a opção por estudos superiores e a escolha de determinada carreira.

A primeira observação a ser feita é a de que apenas 15% concluem o 1º grau; terminam o 2º grau cerca de 10% e entre 5 a 6% adquirem os pré-requisitos para candidatar-se ao vestibular. É claro que esse quadro não encontra explicação na falta de motivação ou de esforço individual. Pelo contrário, a expectativa de estudos superiores é constatada na maioria dos alunos que ultrapassam a barreira do analfabetismo, nas regiões urbanas.

No entanto, esta primeira grande seleção social não produz, como poderíamos imaginar, uma homogeneidade de origem social às portas da Universidade. Observa-se que, entre os candidatos, há uma distribuição bastante heterogênea quanto às classes de origem, porém em proporções bem alteradas em relação ao total da população.

Observa-se, por exemplo, que o aumento vertiginoso da demanda na última década, muito acima do crescimento vegetativo da clientela característica das décadas anteriores, provocou um aumento da heterogeneidade social nessa clientela.

Aqui, uma nova seleção ocorre, ainda pouco discutida, que chamaríamos pré-seleção social na escolha de carreira. Ao analisarmos o perfil sócio-econômico e cultural dos candidatos às diversas carreiras, observamos que existe um forte viés nessa escolha. Este fenômeno já descrito em outros contextos sociais, aparece no Brasil de forma extremamen-

te marcada.¹ A cada carreira estão associados candidatos com perfis sócio-econômicos e culturais extremamente definidos. Forma-se, assim, uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações extremamente importantes para a compreensão da estrutura político-social do país.

Sem entrar nos detalhes, essa escala, obtida com os dados analisados no projeto "*Vestibular: Instrumento de diagnóstico do sistema escolar*"², dentro de uma série histórica que compreende a 2ª metade da década de 70, pode ser subdividida em três grandes grupos de carreiras. O primeiro, de mais baixo nível sócio-econômico e cultural, onde predominam rendas familiares de até 5 salários mínimos — país sem instrução formal ou com nível primário completo ou incompleto, de ocupações manuais (operários) ou empregados nas mais humildes ocupações de serviços (balconistas, serventes, bancários, pequeno funcionário público, etc.), forma as carreiras de magistério de 1º grau ou carreiras recentemente alçadas ao nível superior e que se originaram de ocupações cujo pré-requisito educacional era o 1º grau (por exemplo, Arquivologia, Biblioteconomia, etc).

Um segundo grupo forma as carreiras que levam ao magistério de 2º grau ou ainda carreiras novas anteriormente ocupadas por egressos do 2º grau, como Ciências Contábeis, Teatro, Meteorologia, Artes, etc. As rendas familiares chegam a 10 salários mínimos — país com curso secundário completo ou incompleto onde predominam ocupações como pequenos proprietários no comércio, médios funcionários públicos e militares.

Finalmente, um terceiro grupo pode ser considerado como o das chamadas "profissões liberais", escolhidas pelas camadas de classe média alta — país com nível superior. Essa escala culmina com candidatos às carreiras de Medicina e Engenharia.

Uma característica ainda importante dessa escala é relativa à distribuição de candidatos por sexo. No primeiro grupo, observamos uma predominância extremamente forte de candidatos do sexo feminino; no segundo, há uma distribuição aproximadamente equivalente entre os sexos, enquanto o terceiro grupo é marcadamente masculino.

Vemos aí que o processo de discriminação da mulher no mercado de trabalho, mesmo nesse nível, é um condicionamento social ainda muito estratificado, reservando as profissões de menor prestígio à escolha feminina.

É importante notar que uma análise histórica, realizada no âmbito do projeto citado, da evolução do prestígio político de algumas carreiras (Engenharia, Direito e Medicina), corrobora de forma extremamente elucidativa a escala obtida, empiricamente, com dados do Vestibular.

O que acontece, então, após a aplicação do exame Vestibular propriamente dito?

Como, geralmente, nesse concurso, cada candidato compete apenas com seus colegas de mesma carreira, a seleção dos "melhores" (por desempenho) em nada, ou quase nada, muda a distribuição, quer sócio-econômica, quer de desempenho de cada carreira.

O exame vestibular, por mais bem elaborado que seja, apenas funciona como um mecanismo secundário na seleção. Os "melhores" de cada carreira não são os "melhores" do total de candidatos; a pré-seleção é um mecanismo bem mais eficiente que o próprio exame. Como conseqüência, os "melhores" classificados em Letras ou Educação, por exemplo, são, do ponto de vista de desempenho, bem inferiores aos que não lograram ingresso em carreiras como Medicina ou Arquitetura.

Nota-se que a escolha de carreira, por ocasião da inscrição no Vestibular, ferindo o espírito da Lei nº 5.540, em relação ao 1º ciclo geral de estudos na Universidade, caso não ocorresse, acarretaria, neste contexto, uma forte disfunção entre o perfil de vagas do sistema e o perfil de classificados do vestibular. As conseqüências dessa situação dizem muito sobre as dificuldades de implantação do ciclo básico nas Universidades Brasileiras.

1. Embora a "escolha" seja feita pelo indivíduo, ela representa apenas o filtro de um quadro de referência sócio-econômico e cultural historicamente determinado.

2. Contrato FINEP nº B/40/79/148/00/00

No entanto, observa-se que a aplicação do exame separa os classificados em dois grupos: aqueles que se destinam às escolas públicas (gratuitas) e aqueles que se destinam às escolas particulares (pagas).

Esta divisão (note-se que 75% das vagas são particulares) faz com que, em geral, em cada carreira, os classificados para escolas públicas tenham um nível de desempenho e um nível sócio-econômico acima daqueles que se classificam para escolas particulares. É difícil supor que esta divisão esteja apenas ligada à possível excelência das instituições públicas. Parece-nos que a gratuidade seja o fator predominante dessa divisão.

Cabe, no entanto, salientar que, em termos sócio-econômicos, a diferença entre estes dois grupos é muito menor do que a diferença entre os classificados para carreiras de menor e de maior prestígio.

Nesse momento, a segunda de nossas perguntas vem à tona: Qual o mecanismo psico-social que determina a escolha de carreira?

Aqui há que se subdividir a resposta em dois aspectos: primeiro, qual o universo de representações criado pelo indivíduo para "explicar" sua escolha de carreira? segundo, qual o processo básico que desconecta essas representações do forte viés sócio-econômico observado nessa escolha, isto é, que permite justificar sua escolha sem tomar consciência da escala de prestígio social das carreiras?

A primeira resposta foi objeto de detalhado estudo antropológico no âmbito do projeto citado. Toda uma mitologia é levantada e analisada. Surge uma visão extremamente ritualística, um rito de passagem, uma visão de margem ou liminaridade, uma espécie de tempo de suspensão tanto na vida acadêmica quanto na vida social do candidato. Notam-se motivações extremamente individualistas e egocentradas (vocaçao, chamado, missão etc.).

O processo básico detectado através da interpretação de análises estatísticas multivariadas mostra claramente que existe uma polarização entre um "gostar mais" de ciências e um "gostar mais" de humanidades entre os candidatos. Essa polarização tem pouca contaminação sócio-econômica — reminiscência provável da divisão clássico-científico do antigo curso colegial — e constitui a principal "vocaçao" a nível consciente da maioria dos candidatos. Por hipótese, a escolha de carreira é feita compatibilizando o caráter humanidade-ciência de cada carreira com esta "vocaçao" consciente.

É claro que o espectro de carreiras disponíveis para cada indivíduo é fortemente estruturado sócio-economicamente. É importante notar que, para as classes sociais de menor posição, a escolha se restringe a carreiras de menor prestígio, porém é interessante frisar também que, para as classes altas, essas carreiras de baixo prestígio não fazem, em geral, parte do espectro de carreiras disponíveis para escolha.

Da análise antropológica surgem indicações de que esse mecanismo realmente co-substancia as representações de escolha de carreira, no plano individual.

O MITO DO VESTIBULAR COMO REMÉDIO

É comum a crítica ao desempenho dos candidatos no vestibular como indicador da queda da qualidade de ensino nos graus anteriores. A culpa recai quase sempre sobre a forma do exame (múltipla escolha), e não sobre seu conteúdo. Em contrapartida, imputa-se ao vestibular um poder pedagógico mágico, capaz de restaurar a qualidade perdida.

Essa tentativa de reduzir o problema ao pedagógico, esquecendo o seu contexto social e cultural e as mudanças que discutimos no sistema, nas motivações e na clientela, não invalidam, de imediato, uma crítica ao aspecto técnico-pedagógico.

Existe uma influência desse exame na prática pedagógica do 2º grau? Caso exista, em que aspectos e em que profundidade?

Na esperança de obter alguma resposta a essas perguntas, foi feita uma pesquisa, ainda no âmbito do projeto citado, numa amostra de cerca de 80 escolas de 2º grau entre as 500 do Estado do Rio de Janeiro, das quais provêm os candidatos ao Vestibular Unificado do

Grande Rio.

Se bem que os resultados deste estudo não podem ser generalizados para o país, dadas as particularidades do próprio sistema unificado local, algumas conclusões são bastante pertinentes.

Desde 1976, o Unificado do Rio de Janeiro introduziu um programa construído a partir de objetivos formulados em termos comportamentais, hierarquizados segundo a taxonomia de objetivos educacionais de Bloom. Este programa, obtido por consenso entre os especialistas nas disciplinas das Universidades e Escolas que compõem o sistema, pretendem estabelecer o que a lei chama de uma "escolaridade normal a nível de 2º grau".

De 76 para cá, as questões das provas têm sido formuladas procurando medir estes objetivos no nível de abrangência e complexidade em que foram propostos.

Seria plausível supor que tanto o Programa quanto as provas tivessem exercido nesse período alguma influência na prática pedagógica dessas escolas.

A primeira constatação é de que as médias dos candidatos são persistentemente baixas, próximas da média aleatória, o que indica claramente que o conceito de "escolaridade normal de 2º grau" perde o sentido diante da realidade.

Os resultados pertinentes à nossa discussão mostraram que:

- 1º - apenas 40% das questões de prova nas escolas são formuladas em múltipla escolha, quando o Vestibular à época da coleta de dados era praticamente todo em múltipla escolha;
- 2º - apenas 20% dos professores declaram que utilizam o programa do Unificado ao organizarem seus cursos;
- 3º - as provas recolhidas nessas escolas mostraram que 90% das questões eram formuladas a nível de puro conhecimento e compreensão, enquanto no Vestibular apenas 30% das questões são formuladas nesses níveis de habilidade, sendo as demais em níveis superiores de aplicação de conceitos e análise; e
- 4º - a distribuição dos conteúdos não obedece à distribuição proposta nos programas; alguns conteúdos detectados como de baixo desempenho no Vestibular são totalmente ausentes na programação das escolas.

Por outro lado, a pesquisa mostra que a média efetiva de alunos por professor é acima de 400; que, em média, um professor leciona em 2,5 colégios simultaneamente e dá, em média, 27 horas efetivas de aula por semana, dispondo, em média, de menos de 2 horas pagas por semana para planejamento e preparação de cursos.

Diante desse quadro, parece-nos que a realidade das condições em que é exercida a prática pedagógica no 2º grau não permite que haja influência benéfica ou maléfica, do ponto de vista pedagógico, pelo Vestibular. É claro que alguns colégios que não chegam a representar 10% dos candidatos podem, em princípio, pautar-se por um ensino moldado pelo Vestibular.

CONSEQÜÊNCIAS, TENDÊNCIAS E COMO PENSAM HOJE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Alguns dos pontos mencionados merecem destaque especial. Em primeiro lugar, a constatação de que os cursos superiores que levam ao magistério de 1º grau e cursos tradicionais, como Letras e Educação, formam, hoje, o elenco de carreiras de mais baixo prestígio social e atraem candidatos de menor desempenho e mais baixo nível sócio-cultural da sociedade. Este fato mostra que nossa sociedade (e não o Vestibular) seleciona para um ensino fundamental seus membros menos competentes.

É um verdadeiro processo degenerativo este que estamos observando, na educação fundamental brasileira. Em escala menos grave ocorre um fenômeno análogo em relação ao magistério de 2º grau. A expansão de vagas manteve os cursos de alto prestígio com a

clientela tradicional; porém, nas de médio prestígio (entre elas as de magistério de 2º grau) o recrutamento de candidatos se faz hoje em estratos de menor nível sócio-cultural.

Também, aqui, observamos que, além dessa queda de origem social do magistério de 2º grau, as próprias condições em que é exercida a profissão nos levam a concluir que observamos um processo degenerativo.

Em segundo lugar, parece-nos falsa a idéia de que a massificação do ensino é a causa da queda de qualidade. O dilema qualidade-quantidade só é verdadeiro na medida em que a sociedade em si é extremamente heterogênea. Vê-se claramente que não é através da educação (somente) que vamos operar uma redistribuição de riquezas culturais ou não, em nossa sociedade; a idéia de expansão de ensino, como "democratizante" deve ser abandonada. A sociedade desenvolve mecanismos que compensam tentativas nessa direção como, nesse caso, a forte pré-seleção social na escolha de carreira parece mostrar. Fosse nossa sociedade bem mais homogênea, o dilema quantidade-qualidade, se existisse, pelo menos não seria tão marcante.

Parece óbvio que não podemos, por simples reformas em dispositivos legais, operar milagres pedagógicos; no entanto, políticas corretivas permitiriam minorar alguns problemas.

Uma prioridade de investimento de recursos econômicos e humanos, no sentido de restaurar o prestígio social da profissão de magistério, principalmente de 1º grau, poderia, a média e longo prazos, reverter o processo degenerativo mencionado acima.

Quanto ao Vestibular em si, deve ser abandonada a idéia de que possa funcionar como remédio, mesmo que paliativo, dos problemas educacionais.

O que observamos, é o abandono do modelo de vestibular único e classificatório. Diante do insucesso nas provas dos candidatos às carreiras de baixo prestígio social, reintroduziu-se a nota mínima. É claro que, na maioria dos casos, essa nota mínima depende do nível de dificuldade do exame, que a rigor nada garante quanto a uma habilitação mínima pré-estabelecida.³

A especialização do vestibular por área ou profissão está sendo reintroduzida. A idéia de um vestibular em mais de uma etapa (além de baixar o custo operacional do exame) permite, nas fases finais do exame, a volta à especialização.

Trabalhos recentes, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (CAPES/MEC),⁴ mostram o resultado de uma pergunta aplicada a alunos e professores de 32 IES em todo o país, desde grandes Universidades a pequenas escolas isoladas, apresentando o seguinte resultado:

3. A grande heterogeneidade dos candidatos às carreiras de alto e baixo prestígio provoca ainda uma dificuldade técnica nas provas. As questões que avaliam os candidatos de alto desempenho às carreiras de alto prestígio, não são as mesmas que avaliam os de baixo desempenho e nem sempre isto fica claro aos examinandos. Uma prova única teria que conter questões em vários níveis de dificuldade para permitir uma avaliação seletiva, o que torna a idéia de uma prova única impraticável em muitos casos.
4. Descrição detalhada do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – objetivos, metodologia, operacionalização – encontra-se nos seguintes documentos elaborados pelo Grupo Gestor da Pesquisa: *Documento de Detalhamento* (1983); *Referencial Metodológico* (1983); *Plano de Análise* (1984).

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O CONTEÚDO EXIGIDO NO VESTIBULAR? ASSINALE APENAS UMA ALTERNATIVA.

	<u>Professor</u>	<u>Aluno</u>
	%	%
1. () Deve ser igual para todos os candidatos, com o mesmo peso em todas as disciplinas, independentemente da carreira escolhida pelo candidato.	9.7	10.5
2. () Deve ser igual para todos os candidatos, porém com pesos diferentes para cada disciplina, dependendo da carreira escolhida pelo candidato.	48.0	45.0
3. () Deve ser diferente para cada área de conhecimento (ou conjunto de cursos), exigindo-se apenas disciplinas que sejam importantes para a área escolhida pelo candidato.	24.9	27.1
4. () Deve ser diferente para cada carreira, exigindo-se as disciplinas que terão importância imediata para o curso escolhido pelo candidato.	12.2	15.8
5. () Desconheço o assunto.	3.6	—
Sem resposta	1.7	1.5

A variação deste perfil médio de respostas entre as diversas IES é mínimo (abaixo do erro estimado).

Em primeiro lugar, observa-se que alunos e professores têm idéias análogas sobre o assunto.

As duas primeiras opções da pergunta preservam o núcleo comum obrigatório para todos os candidatos, enquanto que as duas últimas indicam a volta ao vestibular especializado.

Fazendo essa agregação, temos:

Perguntas	Professores %	Alunos %
(1 + 2)	57.7	55.0
(3 + 4)	37.1	42.8

Vemos que a preservação do núcleo comum obrigatório parece ainda ser a opinião da maioria, ainda que frágil. Há, portanto, uma divisão clara quanto a esse ponto.

A primeira opção é o modelo de vestibular único, proposto pela Reforma. Nota-se, aqui, a sua rejeição.

A segunda opção (a mais assinalada) é um compromisso razoável entre o modelo da Reforma e a realidade do sistema de ensino superior hoje.

As demais opções, em grau crescente, preconizam a volta à especialização do Vestibular.

Diante desse resultado o debate atual está claramente polarizado entre a manutenção do núcleo comum obrigatório para todos candidatos e a volta à especialização.

É possível especular sobre as conseqüências de alterações profundas nesse assunto.

Acreditamos que o vestibular único represente um aspecto positivo da Reforma, na medida em que reconhece o 2º grau como uma etapa de formação não-propedêutica ao Ensino Superior e geral, permitindo, ainda, que a escola de 2º grau possa (sem a necessidade de cursinhos) preparar seus alunos para a Universidade. A volta ao vestibular especializado, ao contrário, iria provocar o retorno à filosofia do exame de entrada, com graves reflexos e distorções quanto à busca de uma escolaridade "normal", a nível de 2º grau. Fragilizando a escola de 2º grau, iria reacender os descabros e a exploração dos "cursinhos", observados nas décadas de 50 e 60.

A nível dos alunos de 2º grau, a especialização, que já vem ocorrendo, tem provocado uma opção de carreira cada vez mais precoce, com os erros inerentes a essa precocidade. Esse fato vem produzindo o abandono de um número cada vez maior de alunos universitários dos cursos que freqüentam, para, em um segundo vestibular, corrigirem seu erro de escolha.⁵

Do ponto de vista da Universidade, o modelo da Reforma permite uma tomada de consciência sobre o seu papel na formação de professores e no conseqüente nível de qualidade da escola de 1º e 2º graus. Além de estruturar seus currículos de forma compatível com a realidade da educação dos níveis anteriores.

Pela resposta à opção 2 da pergunta, acreditamos que o compromisso entre os dois modelos é, no contexto atual do ensino no Brasil, uma orientação a ser respeitada e apoiada.

5. Ver pesquisa sobre o assunto "Fundação Cesgranrio" - 1985.

